

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos

Dyane Kelly Barroso

RELATO DE EXPERIÊNCIA: desafios e aprendizados na inclusão de alunos surdos

Diamantina

2024

Dyane Kelly Barroso

RELATO DE EXPERIÊNCIA: desafios e aprendizados na inclusão de alunos surdos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do curso para obtenção de título de especialista.

Orientadora: Leila de Cássia Faria Alves

**Diamantina
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

B277 Barroso, Dyane Kelly
2025 RELATO DE EXPERIÊNCIA: Desafios e Aprendizados na Inclusão de Alunos Surdos. [manuscrito] / Dyane Kelly Barroso. -- Diamantina, 2025.
27 p. : il.

Orientador: Prof. Leila de Cássia Faria Alves.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos,
Diamantina, 2025.

1. Libras. 2. Estágio Supervisionado. I. Alves, Leila de Cássia Faria . II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886

e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Dyane Kelly Barroso

RELATO DE EXPERIÊNCIA: Desafios e Aprendizados na Inclusão de Alunos Surdos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como partados requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientador(a): Leila de Cássia Faria Alves

Data de aprovação 20/12/2024

Documento assinado digitalmente
 LEILA DE CÁSSIA FÁRIA ALVES
Data: 17/11/2025 22:18:25-0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Profa. Leila de Cássia Faria Alves
Diretoria de Educação Aberta e a Distância - UFVJM - Orientadora

Documento assinado digitalmente
 GABRIELLA LELY CARDOSO MARTINS
Data: 25/11/2025 11:23:39-0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Gabriella Lely Cardoso Martins
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - UFVJM

Documento assinado digitalmente
 GERSON FERREIRA DA SILVA
Data: 18/11/2025 07:32:53-0300
verifique em <https://validar.dl.gov.br>

Prof. Gerson Ferreira da Silva - UFVJM
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - UFVJM

Diamantina, 20 de dezembro de 2024.



É preciso que os dois mundos se entrelacem, aquele do barulho e o outro, do silêncio (Labourit, 1994).

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ser o meu amparo e estar sempre do meu lado, nos momentos mais difíceis e por me fazer forte, não deixando que eu desistisse mesmo diante das grandes dificuldades.

Ao meu esposo Jorge pela dedicação e companheirismo. Ao meu amado filho Augusto por todo amor a mim dedicado. A minha amiga Rosália pelo incentivo e apoio de sempre.

Aos professores do curso, pela partilha generosa de conhecimentos, pelas contribuições valiosas e pelo apoio ao longo da trajetória acadêmica, que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional.

A minha orientadora Professora Leila de Cássia Faria Alves, pela dedicação, pelo incentivo e pelas valiosas contribuições. A sua orientação foi essencial para a concretização deste trabalho, especialmente tendo em conta o curto prazo disponível para a sua execução. A sua disponibilidade e apoio foram determinantes para superar os desafios e alcançar os resultados esperados.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa as vivências e desafios do estágio supervisionado no ensino de Ciências e Biologia, realizado em uma escola pública de Diamantina, Minas Gerais, com ênfase na inclusão de alunos surdos no contexto escolar regular. Fundamentado em uma abordagem etnográfica, o estudo reflete sobre a interação entre teoria e prática docente, destacando o papel do estágio como instrumento de formação crítica para futuros professores e como elemento de reflexão pedagógica para os docentes em exercício. O trabalho aprofunda a análise das condições de inclusão de alunos surdos, enfatizando a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ferramenta de aprendizagem, formação cidadã e promoção da equidade educacional. Os resultados apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que integrem a educação em direitos humanos ao currículo escolar, fortalecendo um ambiente inclusivo e bilíngue, que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Palavras Chave: Desafios da docência; Escola inclusive; Libras; Direitos Humanos.

ABSTRACT

This Final Paper analyzes the experiences and challenges of the supervised internship in the teaching of Science and Biology, carried out in a public school in Diamantina, Minas Gerais, with emphasis on the inclusion of deaf students in the regular school context. Based on an ethnographic approach, the study reflects on the interaction between theory and teaching practice, highlighting the role of the internship as an instrument of critical training for future teachers and as an element of pedagogical reflection for teachers in practice.

The work deepens the analysis of the conditions of inclusion of deaf students, emphasizing the importance of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) as a tool for learning, citizenship formation and promotion of educational equity. The results point to the need for pedagogical practices that integrate human rights education into the school curriculum, strengthening an inclusive and bilingual environment that respects the linguistic and cultural specificities of deaf students.

Keywords: Internship. Challenges of teaching; Inclusive School; Libras; Human Rights.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2. O ESTÁGIO COMO ESPAÇO FORMADOR	11
2.1 Conhecendo o Campo de inserção: A escola.....	13
2.2 Iniciando o estágio	15
3. A EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES SURDOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE UMA AULA SEM INTÉRPRETE.....	16
3.1 Educação em Direitos Humanos no Contexto das Escolas Bilíngues	19
3.2 Os intérpretes de Língua de Sinais	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Quem é surdo? Quem é que se escuta? Mistério. Depois disse a mim mesma: “Veja, é um ouvinte que conversa com as mãos”. (Labourit, 1994)

Este trabalho de conclusão de curso apresenta alguns aspectos da escrita etnográfica e leva em consideração as vivências e as experiências do período do Estágio, no ensino de Ciências e Biologia, numa escola pública do município de Diamantina, Minas Gerais.

As experiências e os desafios encontrados durante o estágio são parte fundamental para qualificar os discentes dos cursos de licenciatura, nesse caso em Ciências Biológicas, em professores competentes e capazes de enfrentar a profissão. Muitos desafios são encontrados nesse período, o estágio mostra as amplas possibilidades, uma delas é vivenciar o cotidiano escolar e tornar essa experiência um momento único para amadurecer idéias e ainda ter um olhar de pesquisador ao longo dessa experiência.

A pesquisa é componente essencial das práticas de estágio, apontando novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusiva para os professores formadores, que são convocados, a rever suas certezas, suas concepções do ensinar e do aprender e seus modos de compreender, de analisar, de interpretar os fenômenos percebidos nas atividades de estágio. Assim o estágio torna-se possibilidade de formação contínua para os professores formadores. (Pimenta e Lima, 2008, p.114).

Dessa forma o contato com a escola possibilitou uma oportunidade de rever concepções em relação à prática docente. Relato nesse trabalho as minhas observações, experiências durante o estágio. Um dos aspectos importantes que foram observados é a inclusão de alunos surdos em uma escola regular do município de Diamantina MG. A inclusão é um direito dos alunos com necessidades especiais e esse direito foi estabelecido pela Declaração de Salamanca (1994) que adota o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

Contudo, a oficialização da LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) em âmbito nacional foi bastante recente, através da Lei nº 4.857/2002. Já a regulamentação da profissão de Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS se deu pela LEI Nº 12.319 DE

01.09.2010. Além dessas, existem outras que respaldam direta ou indiretamente a atuação do intérprete de LIBRAS: A Lei da acessibilidade – 10.098/00; A Portaria 3284/2003 que substitui a Portaria 1679/99 – Acessibilidade à Educação Superior e a Resolução do MEC/CNE: 02/2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A Língua Brasileira de Sinais, ou Libras, foi desenvolvida no Brasil pelos surdos como uma forma de comunicação entre eles, com estrutura gramatical própria, composta pelos níveis lingüísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Diferencia-se das demais pela sua modalidade gestual-visual, já que utiliza como canal de comunicação os movimentos gestuais e expressões faciais e corporais. Compreende-se a palavra pelo conjunto de movimentos, já que o soletrar seria impossível devido à rapidez. É importante ressaltar que a LIBRAS não é considerada uma língua universal como a língua oral (Souza, 2015, p.171).

Entretanto, a Libras também é a língua peculiar dos surdos, ela não é uma língua universal como a língua oral, em que cada país tem sua própria língua e estrutura, ela pode inclusive sofrer variações regionais. Dessa forma, “a LIBRAS não é uma datilologia ou mímica (como muitos ainda pensam), pois evolui como parte de um grupo cultural do povo surdo, ela também não é universal, muito menos artificial (uma língua inventada)” (Gesser 2009 apud Souza, 2015, p. 171). Então, apesar de todo esses marcos regulatórios, podemos ainda dizer que essa noção de que o intérprete é direito do surdo para que ele possa adquirir o aprendizado necessário para ser efetivamente incluído e possa participar ativamente de toda a vida social e escolar de forma plena.

A inclusão desses alunos também está diretamente conectada à educação em direitos humanos, que promove o respeito à diversidade cultural e linguística, assegurando que os direitos de todos sejam respeitados. Como aponta Strobel (2009), a escola bilíngue, ao adotar a Libras como primeira língua e o português como segunda, possibilita aos alunos surdos uma formação cidadã que fortalece sua identidade cultural e sua participação plena na sociedade. Dessa forma, o estágio supervisionado também revelou como a ausência de intérpretes em sala de aula pode comprometer a equidade no ensino e o desenvolvimento desses alunos, conforme relatado em estudos como os de Aguiar e Ozella (2013).

Este trabalho tem como objetivo analisar a escrita etnográfica a partir das vivências e experiências adquiridas durante o estágio supervisionado em Ciências e Biologia, realizado em uma escola pública do município de Diamantina, Minas Gerais. Além disso, busca refletir sobre

os desafios da inclusão de alunos surdos no ensino regular, considerando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a construção de uma educação mais acessível e equitativa. Dessa forma, pretende-se destacar como a ausência de intérpretes pode comprometer a aprendizagem e discutir a relevância da educação bilíngue na formação cidadã dos estudantes surdos.

Como material de apoio, para a realização deste trabalho utilizei como recurso metodológico, além do levantamento bibliográfico, os seguintes documentos: a) Relatório Final de Estágio Supervisionado em Ciências; b) Relatório Final de Estágio Supervisionado em Biologia; c) Diário de Campo; d) Regimento Escolar; e) Projeto Político Pedagógico.

O trabalho discute a bibliografia e a legislação sobre o estágio supervisionado e a inclusão, utilizando os relatórios e diários de campo como suporte para a análise e o relato a experiência prática vivida nos estágios de Ciências e Biologia, enfatizando a relevância da educação bilíngue para os estudantes surdos e os desafios de comunicação enfrentados nesse contexto.

2. O ESTÁGIO COMO ESPAÇO FORMADOR

Creio que foi a primeira vez que ele aceitou realmente a minha surdez, ao me oferecer aquele presente inestimável. Oferecia-o também a si mesmo, pois gostaria desesperadamente de se comunicar comigo. (Labourit, 1994)

O estágio é uma das fases da formação de professores como prática de ensino e, dessa maneira acreditamos que o contato direto com a escola bem como com todos os processos que envolvem esse espaço é de extrema importância para a formação e construção da identidade docente. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri proporcionaram aos seus alunos por meio do estágio em ciências e biologia um contato prévio com os desafios que serão encontrados na docência. Como bem apontam Scalabrin e Molinari (2013):

O Estágio Curricular Supervisionado é indispensável na formação de docentes nos cursos de licenciatura por ser um processo de aprendizagem necessário a um profissional que deseja realmente estar preparado para enfrentar os desafios

de uma carreira e deve acontecer durante todo o curso de formação acadêmica, no qual os estudantes são incentivados a conhecerem espaços educativos entrando em contato com a realidade sociocultural da população e da instituição. Essa etapa de realização da prática em sala de aula possibilita ao estagiário relacionar teoria e prática, além de conhecer a realidade da profissão que optou para desempenhar, pois, quando o acadêmico tem contato com as atividades que o estágio lhe oportuniza, inicia a compreensão aquilo que tem estudado e começa a fazer a relação com o cotidiano do seu trabalho (Idem, p.1-2).

O contato com o ambiente escolar é enriquecedor e contribui com a conexão de teorias aprendidas em sala de aula, a troca de experiência entre os colegas de turma torna a prática um momento de grandes aprendizados, um contato necessário para a formação de um professor. De acordo com a afirmação de Santos (2005, p. 117):

O Estágio Supervisionado Curricular, juntamente com as disciplinas teóricas desenvolvidas na licenciatura, é um espaço de construções significativas no processo de formação de professores, contribuindo com o fazer profissional do futuro professor. O estágio deve ser visto como uma oportunidade de formação contínua da prática pedagógica.

Dessa forma, conseguimos perceber que durante o período de estágio vivenciamos a teoria e a relacionamos com a prática e com os conceitos aprendidos na teoria. A atitude que devemos assumir em relação ao estágio é compreendê-lo como um dos componentes curriculares dos cursos de formação de educadores, com um campo de conhecimento específico e um método de investigação que envolve a reflexão e a intervenção na vida das escolas, dos professores, dos alunos e da sociedade no qual estão inseridos. Um dos objetivos do estágio é o colaborar para que o estudante compreenda e analise os espaços de sua atuação, e possa atuar de forma crítica, transformadora e criativa (Pimenta e Lima, 2010).

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório integralizando um total de 405 horas divididas em dois períodos: 7º com um total de 195 horas e 8º, 210 horas. Desse total, 165 horas serão integralizadas na disciplina Estágio de Ensino em Ciências e 180 horas na disciplina Estágio de Ensino em Biologia. As disciplinas Orientação para a Prática Profissional I com 30 horas e Orientação para a Prática Profissional II com 30 horas ocorrerão de forma a acompanhar as atividades de estágio. Portanto, visando o melhor preparo para a conclusão do curso de licenciatura, o estágio supervisionado é de extrema

importância, pois o estágio nas escolas proporciona um contato prévio do discente com a realidade do sistema de educação atual (Manual do estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, 2010).

O contato com a escola foi fundamental para minimizar as inseguranças com a futura inserção profissional, nos fazendo perceber que a licenciatura envolve muito além de simplesmente dar aula, muitos desafios foram encontrados, muitas experiências boas foram vivenciadas, outras nem tanto, mas o convívio com os alunos, professores e todo o conjunto escolar nos proporcionou um amadurecimento, e uma preparação para crescer profissionalmente.

2.1 Conhecendo o campo de inserção: a escola

Fundada em 1974, a Escola Estadual Professora Ayna Torres conhecida popularmente como “Polivalente”, localizada na cidade de Diamantina/MG, Rua Paulino Guimarães Júnior - Travessa da Gloria, s/n, Centro, CNPJ nº 19.575.091/0001-11, é uma instituição educativa criada para atender um projeto cujo maior objetivo era sondar aptidões dos alunos e oferecer uma iniciação profissional. Possuindo em sua grade curricular cursos técnicos, tais como: Educação para o lar, Técnicas comerciais, Agrícolas e Industriais. Posteriormente no período compreendido entre 1990 e 1997, esteve em funcionamento o curso técnico em contabilidade, que muito contribuiu para a região, porém foi extinto por decisões governamentais.

A escola atualmente atende os alunos nas etapas finais do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Hoje a escola possui 30 turmas de ensino regular e 02 turmas PRONATEC em informática, totalizando 1321 alunos.

O espaço físico da escola teve o início da sua construção no ano de 1974, tendo 4 blocos e 1 pavimento, onde a área construída é de 3.025,28 m², sendo uma área total de 21.872,73 m². A infra-estrutura da escola conta com acesso para deficientes, banheiro para deficientes, estacionamento, reservatório de água, rede telefônica, rede de esgoto sendo do tipo fossa séptica.

Os estágios ocorreram em duas etapas, à primeira no segundo semestre de 2015, sendo o estágio de ensino em Ciências, no qual acompanhamos as turmas do 5º ao 9º ano, e o estágio de ensino em Biologia no primeiro semestre de 2016, onde acompanhamos as turmas do 1º ao 3º ano. Os estágios aconteceram seguindo orientações contidas no manual do estagiário do curso de Ciências Biológicas, compreendendo uma carga horária e uma ordem nas atividades desenvolvidas.



Foto entrada da escola: Acervo pessoal



Foto pátio da escola: Acervo pessoal



Foto entrada das salas: Acervo pessoal



Foto sala de aula: Acervo pessoal

2.2 Iniciando o estágio

Iniciamos a observação no dia 03 de outubro de 2015 na Escola Estadual Professora Ayna Torres, feita por um grupo de 04 (quatro) estagiários, acompanhando as aulas do Professor de ciências. Foram no total seis turmas do ensino fundamental 8º e 9º ano. No estágio II, permanecemos na mesma escola estagiando com os alunos do 1º ao 3º ano. No primeiro estágio as aulas tinham 50 minutos de duração cada. A primeira percepção é que as turmas eram classificadas por cores, sendo Azul, Amarelo, Verde e Branco. Ao questionar o professor ele disse que as cores são usadas para que não exista nenhum tipo de preconceito em relação ao nível dos alunos, porque quando as turmas eram separadas por letras, **A**, **B**, **C** e **D** os alunos percebiam que a melhor turma seria a **A** e mais fraca seria a **D**. Sendo assim a classificação por cores torna-se menos preconceituosa a divisão. Já no estágio II esta identificação foi modificada sendo feita por números, 1º ano 01, 1º ano 02 e etc.

Nas turmas do 9º ano eram freqüentes entre 20 a 30 alunos, com idade média de 15 e 16 anos, já nas turmas do 8º ano eram de 25 a 30 alunos com idade media de 14 a 15 anos. O professor trabalha com a disciplina de ciências nas turmas do 8º e 9º ano. No primeiro dia do estágio chegamos à escola alguns minutos mais cedo, e já no portão fomos observando o comportamento dos alunos e professores e dos demais que fazem parte do corpo geral da escola. Na primeira turma fomos apresentados pelo professor aos alunos, eles ficaram bem dispersos com a nossa presença em sala. Nas outras turmas não foi diferente, fomos apresentados e a euforia foi grande. Observamos que o professor passa atividades do livro para que sejam feitas em casa, para que no dia seguinte ele faça a correção em sala de aula. Sendo assim ele corrige as atividades no quadro, e tira dúvidas dos alunos.

Um dos fatos que mais nos chamou a atenção durante o estágio foi a situação de dois alunos surdos em uma das turmas. No primeiro dia, a intérprete de Libras estava presente e sentada ao lado dos estudantes, auxiliando-os durante a aula e esclarecendo dúvidas com o professor. No entanto, nos dias seguintes, a intérprete não compareceu à sala, deixando os alunos totalmente desamparados. Essa situação evidencia uma grave falha na promoção da inclusão, já que é inaceitável que uma escola regular receba alunos com necessidades especiais sem oferecer as condições adequadas para que a inclusão aconteça de forma efetiva.

A inclusão de alunos surdos no ambiente escolar vai além de uma obrigação legal; é um passo fundamental para garantir a equidade no acesso à educação. Proporcionar o suporte necessário, como intérpretes de Libras e materiais adaptados, não apenas assegura que esses alunos possam acompanhar o conteúdo acadêmico, mas também promove o respeito às suas especificidades, fortalecendo a diversidade e a convivência respeitosa entre todos os estudantes. Além disso, é essencial destacar a importância da educação em direitos humanos para os alunos surdos. Esse aspecto da formação escolar visa garantir que esses estudantes compreendam e exercitem seus direitos fundamentais, ampliando sua participação na sociedade. Para isso, é necessário que os conteúdos sejam transmitidos de forma acessível, utilizando Libras como meio de comunicação e abordando temas como igualdade, respeito à diversidade e cidadania. Uma educação que valorize os direitos humanos contribui para o empoderamento dos alunos surdos, permitindo que eles ocupem seu lugar como agentes transformadores na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, observamos que o professor da turma frequentemente se ausentava da sala, deixando apenas atividades no quadro e solicitando que nós, estagiários, corrigíssemos os exercícios. Trabalhar com os alunos surdos nessas circunstâncias foi um grande desafio, especialmente porque, embora o curso incluía uma disciplina de Libras, ela não nos prepara para lidar com situações práticas como essa.

O que pude observar durante esse período de estágio, foi que a educação da criança surda, foi de certa forma, submetida à lógica de aprendizagem da criança ouvinte, uma vez que mesmo sem o intérprete a aula transcorria normalmente para os alunos ouvintes.

3. A experiência com estudantes surdos: possibilidades e desafios de uma aula sem intérprete

“Quero entender o que dizem. Estou enjoada de ser prisioneira desse silêncio que eles não procuram romper. Esforço-me o tempo todo, eles não muito. Os ouvintes não se esforçam. Queria que se esforçassem” (Labourit, 1994, p. 39).

Durante o Estágio I, tivemos o primeiro contato com dois alunos surdos do 9º ano, e essa convivência continuou no Estágio II, no 1º ano do ensino médio. Eles sempre permaneciam sentados próximos um do outro, com as carteiras estrategicamente posicionadas para facilitar o trabalho da professora intérprete, que ficava sentada à frente dos dois. Observamos que a relação desses alunos era bastante restrita à professora intérprete, com uma interação limitada com os demais colegas da turma.

Conhecer esses alunos foi uma experiência enriquecedora, que nos permitiu perceber diversos aspectos relacionados à inclusão e ao convívio com estudantes surdos. Durante as aulas, meus colegas e eu nos esforçávamos ao máximo para ajudá-los a compreender os conteúdos e as atividades propostas. No entanto, enfrentamos dificuldades, pois nosso conhecimento em Libras ainda era muito básico.

Para superar essas limitações, recorri a diferentes estratégias, como o uso de um aplicativo no celular que me auxiliava na comunicação. Eu digitava frases no aplicativo e mostrava a eles, e, quando queria aprender algum sinal específico, escrevia no caderno deles e eles gentilmente me ensinavam o sinal correspondente. Essa troca foi extremamente valiosa, não apenas para ajudá-los nas atividades, mas também para ampliar minha própria compreensão sobre a comunicação em Libras e a importância de recursos adaptados para facilitar a inclusão.



O aplicativo chama-se ProDeaf¹ é um software de tradução de texto e voz na Língua Portuguesa para Libras. Desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com lingüistas, tradutores, designers, etc. O aplicativo conta com versões que oferecem diferentes soluções para situações e demandas específicas: Prodeaf

¹ Site oficial: <http://www.prodeaf.net>.

Tradutor que oferece serviço de tradução de conteúdo de qualquer website e vídeo institucional para Libras, que é interpretada por um personagem animado em 3D e personalizável. Prodeaf Dicionário o usuário pode selecionar qualquer palavra em português e ver sua representação em Libras. Embora seja um recurso muito valioso, é importante destacar que o aplicativo tem limitações. Por ser uma ferramenta robotizada, ele não consegue reproduzir com exatidão as expressões faciais e os gestos complexos que fazem parte fundamental da comunicação em Libras. Isso pode deixar a interação mais rígida e menos natural em comparação com a comunicação feita por intérpretes humanos.

Todas as crianças surdas podem adquirir a língua de sinais, desde que participem das interações cotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural. “Natural”, entretanto, não se refere a certa espontaneidade biológica. Língua natural, aqui, deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração, e que muda tanto estrutural como funcionalmente com o passar do tempo (Skiliar, 1998, apud Souza, 2015 p. 112).

Durante o estágio, percebi que a intérprete de Libras nem sempre estava presente, o que prejudicava significativamente os alunos surdos. Nos dias em que não tinham esse auxílio, eles se limitavam a copiar o que estava escrito no quadro, sem compreender o que era dito pelo professor. Essa situação parecia desmotivadora, especialmente para a aluna, que muitas vezes ficava cabisbaixa.

Aquela realidade me incomodava profundamente, e eu senti a necessidade de ajudar da melhor maneira possível. Apesar das limitações no meu conhecimento em Libras, esforçava-me para tirar as dúvidas dos alunos, utilizando estratégias que facilitassem a comunicação. No entanto, ficou evidente que os professores também enfrentavam dificuldades, pois pareciam não estar preparados para lidar com o desafio de incluir alunos surdos de forma adequada, especialmente sem o suporte de um profissional que dominasse a Língua de Sinais.

(...) o intérprete de Libras tem como atribuição principal estabelecer a intermediação comunitária entre os usuários da Língua Brasileira de Sinais, interpretando a língua oral para uma língua gestual, e vice-versa, interpretando fielmente, com emoção, **sendo mediadora do mediador**. De acordo com o dicionário Aurélio, intérprete é pessoa que interpreta, que serve de intermediário para fazer compreender indivíduos que falam **idiomas diferentes**. A interpretação é uma capacidade adquirida através de um contato constante

com surdos, e que exige ainda muito estudo, capacitação e dedicação. Ademais, é necessário que o intérprete seja bilíngue, participe de seminários, saiba trabalhar em equipe, tenha equilíbrio durante a interpretação e seja capaz de admitir suas limitações quando não se sentir capaz. (Souza, 2015, p.177, grifo nosso).

Nas regências utilizamos slides, com imagens e textos, e os tópicos davam suporte para que os alunos surdos pudessem acompanhar o andamento do conteúdo. Eles gesticulavam entre si o tempo todo, e inclusive ficaram e observaram o experimento com atenção.

O atendimento didático – pedagógico para os alunos com surdez incluídos na escola comum implica **o uso de muitas imagens** visuais e de **todo tipo de referências** que passam a colaborar para o aprendizado dos conteúdos curriculares em estudo, na sala de aula comum (Damazio, 2007, apud Souza, 2015 p. 175).

3.1 Educação em Direitos Humanos no contexto das escolas bilíngues

A educação em direitos humanos (EDH) desempenha um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, ao proporcionar uma formação pautada na dignidade humana, igualdade de direitos e reconhecimento das diversidades culturais e linguísticas (Candau et al., 2010). No contexto brasileiro, a EDH é apoiada por marcos como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que enfatizam a transversalidade da temática no ensino básico e superior (Brasil, 2012).

As escolas bilíngues, especialmente no caso do ensino voltado à comunidade surda, representam uma extensão importante desse compromisso, ao garantir o acesso à educação na língua de sinais como primeira língua e no português como segunda. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos alunos e para sua inclusão plena na sociedade, conforme aponta Strobel (2009): “O pertencimento a uma identidade cultural peculiar consolida a formação cidadã do povo surdo, permitindo-lhe compreender e transformar o mundo ao seu redor”.

Além disso, a EDH em escolas bilíngues é vista como um espaço de construção de cidadania e resguardo de direitos, promovendo práticas educativas que transcendem o ensino

tradicional e capacitam os educandos para atuarem na transformação social. Essa integração entre direitos humanos e educação bilíngue demonstra-se essencial para garantir que a diversidade seja respeitada e valorizada em todos os níveis de ensino (Simões & Ribeiro, 2014).

3.2 Os intérpretes de língua de sinais

Sobre a atuação dos intérpretes de Língua de Sinais, é necessário intensificar os estudos e reflexões nessa área. Durante o estágio, ficou evidente o quanto esse papel é pouco compreendido, o que resulta em dificuldades para o trabalho desses profissionais. As intérpretes relataram fazer o melhor possível em um ambiente muitas vezes adverso, enfrentando desafios nas relações escolares. Além disso, apontaram que tanto os professores quanto a escola demonstram pouco conhecimento sobre a pessoa surda e suas peculiaridades. É essencial criar espaços para atualização e aprimoramento contínuo dos intérpretes em Língua de Sinais, algo ainda negligenciado no Brasil.

A falta de conhecimento da equipe pedagógica da escola sobre o papel do TILS faz com que alguns equívocos aconteçam. Às vezes lhes é delegado o papel de professor dos alunos surdos, quando deveria ser visto apenas como instrumento de comunicação. Nossa experiência em sala de aula nos remete a uma realidade cada vez mais diferente. Atuamos com alunos em níveis linguísticos totalmente diferentes, sendo que uns sabem ler e escrever, outros nem sempre. O professor confia a nós a responsabilidade de ensinar os alunos surdos, quando na realidade somos apenas mediadores do ensino. Para isso estudamos muito, estamos em constante aperfeiçoamento linguístico e, principalmente, buscando meios de facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos surdos. Ainda há casos em que a escola acredita que a responsabilidade do ensino é apenas do intérprete. (Santos; Grilo.; Dutra, p. 1).

A simples presença de um intérprete de Língua de Sinais não garante uma inclusão satisfatória. Em muitas escolas brasileiras, essa presença ainda é rara, e frequentemente os alunos surdos concluem a escolarização com um certificado, mas sem o devido preparo acadêmico ou desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Meu descontentamento com a ausência do intérprete de Libras era compartilhado por meus colegas estagiários. Em uma reunião com a Superintendência Regional de Ensino de Diamantina, buscamos compreender melhor o suporte oferecido pela rede de educação aos

alunos com necessidades especiais incluídos no ensino regular. Fomos informados sobre os projetos existentes e as justificativas para a falta de intérpretes: a escola dispunha de apenas uma profissional capacitada, que estava afastada por motivos de saúde. Além disso, a escassez de professores qualificados em Libras foi apontada como um obstáculo recorrente. Essa situação reforça a necessidade de incentivar graduandos, não apenas em biologia, mas de todas as áreas da educação, a refletirem sobre essa demanda e buscarem aperfeiçoamento na área. Assim como a disciplina de Libras é obrigatória, deveríamos ter no currículo disciplinas que nos preparem para lidar com as diversas necessidades especiais dos alunos incluídos na escola regular.

Apesar das explicações apresentadas, nossos questionamentos não foram plenamente respondidos. Quando perguntamos sobre as soluções propostas, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizado dos alunos surdos, as respostas foram insuficientes. Embora existam projetos que visam sustentar a inclusão, a prática revela falhas na manutenção dos recursos necessários. Dizer que os alunos estão incluídos no ensino regular é fácil, mas como garantir que o aprendizado e o desenvolvimento deles sejam realmente adequados? A escola considera a cultura e a identidade surda em sua abordagem pedagógica? Essas são questões cruciais que precisam ser mais bem avaliadas e enfrentadas com seriedade para que a inclusão seja efetiva e respeite as especificidades dos alunos.

As singularidades das crianças surdas devem ser respeitadas e valorizadas no presente, com ações que permitam a elas um futuro digno, repleto de oportunidades equiparadas às dos alunos ouvintes. A inclusão deve ir além da integração física no espaço escolar, contemplando estratégias pedagógicas que garantam um aprendizado significativo e respeitem as especificidades linguísticas e culturais desses alunos.

Outras questões que precisam ser problematizadas é a falta de compreensão sobre a cultura surda e a inserção tardia da criança na Língua de Sinais pode gerar consequências emocionais, sociais e cognitivas, acarretando dificuldades de aprendizado e defasagem escolar. É imprescindível a construção de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos de maneira efetiva e respeitosa.

A educação de surdos é um tema que gera intensos debates, envolvendo questões como o respeito às diferenças linguísticas, à identidade surda e às relações culturais específicas. Apesar disso, a inclusão efetiva desse grupo na sociedade majoritária é essencial, devendo ser realizada

de maneira que respeite suas diferenças e necessidades, mas sem reforçar a marginalização ou segregação.

A principal tarefa é a criação de espaços educacionais onde a diferença seja compreendida como valor, promovendo a aprendizagem mútua entre surdos e ouvintes. Não se trata de inserir as crianças surdas em atividades projetadas exclusivamente para ouvintes, mas de elaborar propostas pedagógicas integradoras e significativas para ambos os grupos.

Se a escola deseja verdadeiramente acolher a diversidade, precisa repensar suas práticas, estruturando-se para respeitar as singularidades de cada indivíduo. Isso inclui criar espaços de convivência e aprendizado que possibilitem o crescimento conjunto, reforçando a inclusão e o desenvolvimento de todos os estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular supervisionado é uma etapa fundamental na formação docente, permitindo que os alunos da graduação tenham contato direto com o ambiente escolar e a prática profissional. Trata-se de vivenciar, ainda que parcialmente, o papel de professor. Durante essa experiência como estagiária, pude desenvolver uma percepção que seria impossível alcançar sem a imersão no cotidiano escolar. Compreender o funcionamento da escola e as relações que a permeiam entre alunos e professores, diretores e docentes, além do conjunto de funcionários com os alunos é essencial para entender a dinâmica do espaço escolar. Ao longo dos dois estágios, observei diversos aspectos relevantes que contribuíram para o meu amadurecimento enquanto futura profissional da educação. A observação das aulas e do ambiente escolar não se limitou à coleta de dados, mas envolveu uma análise detalhada de cada elemento, por mais simples que pudesse parecer, reconhecendo seu fundamento e valor no contexto educacional.

Enquanto estagiária, acredito ter contribuído em alguns aspectos na escola, mas o aprendizado que recebi foi ainda maior. Essa experiência transformou minha visão sobre a docência, mostrando que os desafios fazem parte intrínseca da profissão e que a dedicação é capaz de transformar problemas em soluções. Essa vivência fortaleceu meu desejo de ser uma professora que inspire os alunos, contribuindo para uma educação inclusiva e significativa, que reflita esperança em um espaço essencial para o futuro da educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. de., OZELLA, S. **Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 94, n. 236, p. 299322, jan./abr. 2013.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

_____. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. 7-10 de junho de 1994. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

_____. Ministério do Emprego e do Trabalho. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea. Brasília: TEM SIT/DSST, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003.

_____. Resolução nº 02 de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural. Múltiplos olhares sobre a educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FARIA, A. L. G. de, FINCO, D. Apresentação. In: FARIA, A. L. G. de, FINCO, D. (orgs.). Sociologia da Infância no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

KOZLOWSKI, L. **A educação bilíngue-bicultural do surdo.** In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Surdez e abordagem bilíngue.** São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades.** In: LODI, A C B. (et al.) Letramento e minorias. 2ª edição. Mediação, Porto Alegres: 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, 2005. POSSIDENTE, Maria Alice Camargo. **A criança surda na educação infantil e a produção de cultura no processo de inclusão: o que muda ou cala?** TCC. Campinas, SP, 2014.

SANTOS, Helena Maria dos. **O estágio curricular na formação de professores: diversos olhares**, In: 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT 8- Formação de Professores, 2005, Caxambu.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. **Cultura e Identidade Surdas: Encruzilhada de Lutas Sociais e Teóricas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SANTOS, I.; GRILLO, J.; DUTRA, P. Intérprete educacional: teoria versus prática. In: Revista da Feneis, nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. **A Importância da Prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas**. Revista Científica Centro Universitário de Araras"Dr. Edmundo Ulson" – UNAR. Volume 7, n.01, 2013.

SOUZA, Viviane. **A importância do papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo em sala de aula nas escolas de ensino comuns**. Cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.168-181/2015.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **Da Condição Docente: Primeiras Aproximações Teóricas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 99, p. 426-443, maio/ago. 2007.

UFVJM. Manual do estágio supervisionado do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, 2010.

CANDAU et al. (2010), SciELO – Brasil BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012)

STROBEL (2009), UNB - Biblioteca Digital de Monografias

